

AVANÇASP



CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA/SP

CONCURSO PÚBLICO
01/2024

PROCURADOR JURÍDICO

Leia atentamente as instruções abaixo

1. PROVA E FOLHA DE RESPOSTAS

• Além deste Caderno de Prova, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

• 01 (uma) Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas. Confira se seus dados estão corretos.

• 01 (uma) Folha de Respostas destinado à transcrição do Texto definitivo da peça Prático-Profissional. Confira se seus dados estão corretos.

2. TEMPO

• 04h (quatro horas) é o tempo disponível para realização da prova, já incluído o tempo para marcação da Folha de Respostas da prova Objetiva e para a transcrição do texto definitivo da prova Discursiva;

• **01 (uma) hora** após o início da prova é possível, retirar-se da sala levando o caderno de prova;

3. INFORMAÇÕES GERAIS

• As questões objetivas têm 05 (cinco) alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente **uma** delas está correta;

• Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, informe imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

• Confira seus dados pessoais na Folha de Respostas, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preenchimento;

• O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca de Folha de Respostas em caso de erro de marcação pelo candidato;

• Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.

• Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na Folha de Respostas da prova objetiva e discursiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja na Folha de Respostas;

• Ao se retirar, entregue a Folha de Respostas preenchida e assinada ao Fiscal de Sala.

SERÁ ELIMINADO do presente certame o candidato que:

a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;

b) portar ou usar, qualquer tipo de aparelho eletrônico (calculadoras, bips/pagers, câmeras fotográficas, filmadoras, telefones celulares, smartphones, tablets, relógios, walkmans, MP3 players, fones de ouvido, agendas eletrônicas, notebooks, palmtops ou qualquer outro tipo de computador portátil, receptores ou gravadores) seja na sala de prova, sanitários, pátios ou qualquer outra dependência do local de prova;

c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou a Folha de Respostas;

d) se recusar a entregar a Folha de Respostas, quando terminar o tempo estabelecido;

e) não assinar a Lista de Presença e/ou a Folha de Respostas.

CADERNO DE QUESTÕES

PROVA OBJETIVA

LÍNGUA PORTUGUESA**TEXTO**

Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 7.

Cem anos sem Kafka: como sua obra foi publicada contra sua vontade

Há cem anos morria de tuberculose Franz Kafka, o escritor austro-húngaro (nascido em Praga, hoje seria tcheco) que inaugurou uma nova era da literatura. Sua obra é tão importante que seu nome até virou adjetivo: chamamos de *kafkiano* aquilo que é inexplicavelmente confuso e frustrante, mas que temos que aceitar.

Morto aos 40 anos, Kafka publicou poucos contos em vida, sem chamar muita atenção do público. *A Metamorfose*, *O Veredito* e *Na Colônia Penal* são as histórias curtas mais conhecidas publicadas com a autorização do autor, mas só foram reconhecidas como geniais após a morte de Kafka. O resto de sua obra, como os célebres romances *O Processo* e *O Castelo*, foram publicados e venerados depois que Kafka morreu, mudando a história da literatura mundial. Mas tudo isso quase não aconteceu, já que o autor queria que seus manuscritos fossem queimados.

Com 29 anos, Franz Kafka ainda não tinha publicado nenhum livro, só alguns contos em revistas literárias. Seu amigo da época da universidade, Max Brod, era um ano mais jovem e um autor importante da literatura expressionista, responsável por apresentar a obra de Kafka para seu editor alemão, Kurt Wolff. O editor lembrou de Kafka, anos depois, como o único autor que lhe disse que ficaria mais grato pela devolução do manuscrito do que pela publicação. O editor não ouviu o jovem autor, inseguro com sua literatura, e publicou diversos livros do autor tcheco, até mesmo após sua morte.

Durante a vida, se estima que Kafka queimou cerca de 90% de seus escritos. No leito de morte, ele revisou o livro *Um artista da fome*, o último livro publicado com a autorização do autor. Depois disso, ele deixou Brod como o responsável pelo seu testamento, e seu pedido foi bem claro: queime tudo que esteja inédito e incompleto. “Caríssimo Max, meu último

pedido”, escreveu Kafka. “Queimar completamente, sem ler, tudo o que se encontrar no meu espólio [...]”.

O último desejo de Kafka não foi respeitado. Se tivesse sido, o mundo nunca teria lido *O Processo*, *América* ou *O Castelo*, obras que foram escritas por Kafka, mas organizadas e editadas por Brod.

O Processo é um romance que não tinha uma ordem definida por Kafka. Os capítulos poderiam ser lidos individualmente, sem seguir uma cronologia muito óbvia. Os episódios mais delimitados temporalmente são o que apresenta a detenção e, portanto, inicia a história, e o capítulo com o título “Fim”. A ordem em que o romance é conhecido foi desenvolvida e pensada por Brod, finalizando o livro do amigo por ele.

Brod confiou mais na qualidade da obra literária do amigo do que no desejo expresso de Kafka de ter seus escritos queimados. Depois da morte de Brod, os arquivos de Kafka ficaram com a secretária do amigo, Esther Hoffe. Ela morreu aos 101 anos, em Tel Aviv, e aí começou uma disputa legal pelo espólio de Kafka entre suas herdeiras, o Estado de Israel e sua Biblioteca Nacional, e a Alemanha, por meio do Arquivo Literário de Marbach.

Franz Kafka não é o único autor a ser desrespeitado por seus herdeiros e testamentários. Roberto Bolaño, escritor chileno influenciado por Kafka e um dos maiores nomes da literatura latino-americana, morreu aos 50 anos de falência hepática em 2003. No ano seguinte, ele teve um livro publicado contra sua vontade. Gabriel García Márquez, o escritor colombiano que ganhou o Nobel de Literatura, começou a escrever seu primeiro conto um dia depois de ler *A Metamorfose*. Em 2024, foi publicado um romance póstumo que García Márquez disse que nunca deveria ser lançado.

Pode ser um exercício interessante pensar no que teria acontecido se a vontade de Kafka tivesse sido respeitada, mas uma coisa é certa: a literatura mundial seria bem diferente.

Revista Superinteressante. Adaptado. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/cultura/cem-anos-sem-kafka-como-sua-obra-foi-publicada-contra-sua-vontade>>.

QUESTÃO 01

Com a leitura da reportagem apresentada, conclui-se que:

- (A) Algumas das obras publicadas pelo próprio Franz Kafka foram divulgadas contra sua própria vontade.
- (B) Franz Kafka só percebeu a importância de sua obra quando seu amigo publicou alguns de seus trabalhos sem sua autorização.
- (C) As publicações póstumas de Franz Kafka deram um reconhecimento ao autor não alcançado em vida.
- (D) Outros autores como Roberto Bolaño e Gabriel García Márquez também publicaram suas obras contra a própria vontade, por insistência de amigos.
- (E) Franz Kafka desejava que seu espólio fosse queimado porque já imaginava que seus herdeiros disputariam suas obras.

QUESTÃO 02

A função da palavra “*muita*”, em “[...] *Kafka publicou poucos contos em vida, sem chamar muita atenção do público.*”, é a de:

- (A) modificar um elemento adjetival, de modo a intensificar seu significado.
- (B) modificar um elemento verbal, de modo a intensificar seu significado.
- (C) denotar uma ação.
- (D) designar um referente qualquer.
- (E) atribuir intensidade ou quantidade indefinida a um elemento nominal.

QUESTÃO 03

Em “*Pode ser um exercício interessante pensar no que teria acontecido se a vontade de Kafka tivesse sido respeitada [...]*”, o vocábulo “o”, contraído com a preposição “em”, é um:

- (A) artigo definido.
- (B) artigo indefinido.
- (C) pronome pessoal oblíquo átono.
- (D) pronome pessoal oblíquo tônico.
- (E) pronome demonstrativo.

QUESTÃO 04

As formas verbais empregadas em “[...] *queime tudo que esteja inédito e incompleto [...]*” estão conjugadas:

- (A) nos mesmos modo e pessoa, mas em tempos diferentes.
- (B) nos mesmos tempo, modo e pessoa.
- (C) no mesmo modo, mas em pessoas diferentes.
- (D) em tempos, modos e pessoas diferentes.
- (E) na mesma pessoa, mas em modos diferentes.

QUESTÃO 05

O adjetivo formado a partir do nome de Kafka, apresentado em “[...] *chamamos de kafkiano aquilo que é inexplicavelmente confuso e frustrante [...]*”, é uma palavra:

- (A) derivada por sufixação.
- (B) derivada por prefixação.
- (C) derivada por prefixação e sufixação.
- (D) composta por aglutinação.
- (E) composta por justaposição.

QUESTÃO 06

Em “[...] *o único autor que lhe disse que ficaria mais grato pela devolução do manuscrito do que pela publicação [...]*”, o verbo “disse” ocorre:

- (A) transitivo direto.
- (B) transitivo indireto.
- (C) transitivo direto e indireto.
- (D) intransitivo.
- (E) pronominal.

QUESTÃO 07

Identifique nos excertos a seguir, retirados do texto, uma oração subordinada adverbial consecutiva introduzida pela palavra “*que*”.

- (A) “Se tivesse sido, o mundo nunca teria lido *O Processo*, *América* ou *O Castelo*, obras que foram escritas por Kafka, mas organizadas e editadas por Brod.”
- (B) “Durante a vida, se estima que Kafka queimou cerca de 90% de seus escritos.”
- (C) “Mas tudo isso quase não aconteceu, já que o autor queria que seus manuscritos fossem queimados.”
- (D) “Sua obra é tão importante que seu nome até virou adjetivo”.
- (E) “Gabriel García Márquez, o escritor colombiano que ganhou o Nobel de Literatura, começou a escrever seu primeiro conto um dia depois de ler *A Metamorfose*.”

QUESTÃO 08

A sentença a seguir cuja locução verbal empregada apresenta um particípio irregular de verbo abundante é:

- (A) O conselho tinha elegido três representantes para a ocasião.
- (B) Eles haviam salvado dez animais em situação de maus tratos.
- (C) Perguntaram-me se os alunos teriam entregado as provas a lápis.
- (D) Os artesanatos de vidro foram envoltos em plástico-bolha.
- (E) O homem havia matado a pomba que tanto o atormentava.

QUESTÃO 09

Nas sentenças a seguir, a palavra em destaque é um advérbio apenas em:

- (A) Investir em conhecimento **rende** sempre os melhores juros. (Benjamin Franklin)
- (B) O que **outrora** se chamava caro, hoje se chama gourmet.
- (C) Escolheu o curso que queria, a **despeito** das críticas que recebeu.
- (D) Aconteceu o **mesmo** com a gente.
- (E) Faz-se **mister** a escolha consciente de produtos sustentáveis para preservar o planeta.

QUESTÃO 10

Ocorre dígrafo que representa vogal nasal apenas em:

- (A) asfixia.
- (B) chimpanzé.
- (C) assadura.
- (D) remédio.
- (E) equação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 11**

Considerando os direitos e deveres individuais e coletivos dispostos na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (A) a lei penal não retroagirá, sem exceções.
- (B) a prática do racismo constitui crime inafiançável e prescritível, sujeito à pena de reclusão.
- (C) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.
- (D) poderá ser concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- (E) a lei poderá restringir a publicidade dos atos processuais mesmo quando a defesa da intimidade ou o interesse social não exigirem.

QUESTÃO 12

Considerando as ações direta de inconstitucionalidade e a declaratória de constitucionalidade, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que:

(A) o Governador do Distrito Federal é ilegítimo para propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade.

(B) a entidade de classe de âmbito nacional é legítima para propor apenas a ação direta de inconstitucionalidade, em razão do direito tutelado.

(C) a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal são ilegítimos para propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, por ausência de representação.

(D) O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

(E) os Conselhos Estaduais da Ordem dos Advogados do Brasil poderão propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 13

O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado, nos termos da Constituição Federal, por:

(A) associações em funcionamento há pelo menos seis meses.

(B) associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses dos associados.

(C) organização sindical, mesmo que informalmente constituída, desde que em funcionamento há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses de seus membros.

(D) partido político em funcionamento há pelo menos um ano, independentemente de sua representação no Congresso Nacional.

(E) entidade de classe legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros.

QUESTÃO 14

O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando:

I - deixar de ser paga, mesmo por motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;

II - não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;

III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde;

IV - o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

Considerando o quanto posto e as assertivas, nos termos da Constituição Federal, está correto o que se afirma em:

(A) II, III e IV, apenas.

(B) I, II, III e IV.

(C) II e III, apenas.

(D) I e IV, apenas.

(E) I, II e III, apenas.

QUESTÃO 15

Tício é servidor e atua em processo administrativo, possuindo inimidade notória com um dos interessados.

Considerando o quanto narrado, nos termos da Lei n.º 9.784/1999, é correto afirmar que:

(A) poderá ser arguida a suspensão de Tício.

(B) poderá ser arguido o impedimento de Tício.

(C) poderá ser arguida a nulidade absoluta do processo.

(D) poderá ser arguido crime consumado por Tício.

(E) poderá ser arguida prática de improbidade administrativa por Tício.

QUESTÃO 16

A iniciativa das leis complementares e ordinárias em âmbito federal cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Constituição Federal. Neste sentido, nos termos da Constituição, é correto afirmar que:

(A) lei que disponha sobre cargos, funções, empregos públicos na administração direta e autárquica federal ou aumento de sua remuneração é de iniciativa privativa do Presidente da República.

(B) lei que fixe ou modifique os efetivos das Forças Armadas é de iniciativa também de membros ou comissões da Câmara dos Deputados.

(C) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

(D) lei que disponha sobre organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios é de iniciativa também do Congresso Nacional.

(E) lei que disponha sobre servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria é de iniciativa também do Senado Federal.

QUESTÃO 17

Determinada autoridade pública de órgão público federal emanou ato eivado de vícios que o tornam ilegal. A mesma autoridade emanou outro e subsequente ato tornando o viciado sem efeitos, portanto, inválido. Neste sentido, é correto afirmar que:

(A) a mesma autoridade que emanou o ato não pode torná-lo sem efeito, sob pena de a autotutela ser abusiva.

(B) a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos.

(C) a administração pública não é titular do poder de anular os seus próprios atos quando eivados de vícios de legalidade e atinjam terceiros de boa-fé, de modo que, neste caso, o ato somente pode ser anulado se assim determinado judicialmente.

(D) a administração pública pode revogar os seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, exceto se já iniciados os seus efeitos.

(E) a autoridade pública apenas pode anular o ato ilegal se provar ter existido dano material aos envolvidos.

QUESTÃO 18

De acordo com a Lei n.º 14.133 de 2021, nos casos de aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos:

(A) é inexigível a licitação quando inviável a competição.

(B) é obrigatória a licitação.

(C) a realização de licitação ou a contratação direta decorre de juízo discricionário.

(D) é dispensável a licitação.

(E) é hipótese de licitação mesmo quando viável a competição.

QUESTÃO 19

Quanto aos concursos públicos e o quanto sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, é correto o que se afirma em:

- (A) A nomeação de funcionário sem concurso não pode ser desfeita, ainda que antes da posse.
- (B) É constitucional o veto não motivado à participação de candidato a concurso público, à luz da supremacia do interesse público sobre o privado e dos princípios protetivos que informam o serviço público.
- (C) É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.
- (D) Dentro do prazo de validade do concurso e das vagas publicadas, o candidato aprovado não tem o direito subjetivo à nomeação.
- (E) É admissível, por ato administrativo, restringir, em razão da idade, inscrição em concurso para cargo público, em carreiras de segurança pública.

QUESTÃO 20

Considerando a Constituição Federal, acerca do imposto sobre grandes fortunas, é correto afirmar que:

- (A) poderá ser instituído pelo exercício da competência privativa da União e dos Estados, nos termos de lei complementar.
- (B) poderá ser instituído pelo exercício da competência residual da União.
- (C) compete aos Estados instituir imposto sobre grandes fortunas, nos termos de lei complementar.
- (D) não poderá ser instituído pelo exercício da competência de nenhum dos entes federados em razão do decurso do prazo para a instituição.
- (E) compete à União instituir imposto sobre grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

QUESTÃO 21

Considerando a Constituição Federal em matéria de política agrícola e fundiária, bem como acerca da reforma agrária, é correto afirmar que:

- (A) Compete aos Estados desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.
- (B) Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.
- (C) Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, independente de prévia e justa indenização, ainda que em títulos da dívida agrária.
- (D) Compete aos Estados desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, independente de prévia e justa indenização, ainda que em títulos da dívida agrária.
- (E) Compete aos Municípios desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária.

QUESTÃO 22

Considerando a propositura de ação judicial para a aplicação das sanções de que trata a Lei n.º 8.429/1992, assinale a alternativa correta:

- (A) Se a petição inicial estiver em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação dos requeridos para que a contestem no prazo comum de 30 (trinta) dias.
- (B) Se a petição inicial estiver em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação dos requeridos para que a contestem no prazo comum de 15 (quinze) dias.
- (C) Se a petição inicial estiver em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação dos requeridos para que a contestem no prazo comum de 8 (oito) dias.
- (D) Se a petição inicial estiver em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação dos requeridos para que a contestem no prazo comum de 10 (dez) dias.
- (E) Se a petição inicial estiver em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação dos requeridos para que a contestem no prazo comum de 35 (trinta e cinco) dias.

QUESTÃO 23

Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:

I - quanto às pessoas naturais, lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação;

II - quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento;

III - quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.

Considerando o quanto posto e as assertivas, nos termos do Código Tributário Nacional, está correto o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

QUESTÃO 24

O Estado X instituiu, por lei estadual, a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, passando a cobrar referida contribuição na fatura de consumo de energia elétrica.

Considerando o que narrado, nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

(A) Apenas os Municípios poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública, sendo proibida a cobrança desta contribuição na fatura de consumo de energia elétrica.

(B) Referida instituição e forma de cobrança estão em consonância com a Constituição Federal, já que é de competência exclusiva dos Estados a instituição de contribuição para custeio do serviço de iluminação pública, sendo facultada a cobrança na fatura de consumo de energia elétrica.

(C) Apenas o Distrito Federal poderá instituir contribuição, na forma da respectiva lei, para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública, sendo proibida a cobrança desta contribuição na fatura de consumo de energia elétrica.

(D) Apenas os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública, sendo facultada a cobrança desta contribuição na fatura de consumo de energia elétrica.

(E) Referida instituição é constitucional, já que os Estados são competentes para instituir contribuição para custeio do serviço de iluminação pública, mas a forma de cobrança é inconstitucional por ser proibida a cobrança desta contribuição na fatura de consumo de energia elétrica.

QUESTÃO 25

O Município Delta, por meio de despacho administrativo, autorizado por lei, perdoou discriminados débitos de IPTU.

Neste sentido e nos termos do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que:

- (A) o Município Delta utilizou o instituto da remissão, que extingue o crédito tributário.
- (B) o Município Delta utilizou o instituto do pagamento, que exclui o crédito tributário.
- (C) o Município Delta utilizou o instituto da transação, que extingue o crédito tributário.
- (D) o Município Delta utilizou o instituto da anistia, que extingue o crédito tributário.
- (E) o Município Delta utilizou o instituto da isenção, que exclui o crédito tributário.

QUESTÃO 26

Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:

I – suspensão, exclusão, ou extinção do crédito tributário;

II - outorga de isenção;

III - dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Considerando o quanto posto e as assertivas, nos termos do Código Tributário Nacional, está correto o que se afirma em:

- (A) I, II, e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II, apenas.

QUESTÃO 27

Em relação à previsão e à arrecadação, de acordo com a Lei Complementar n.º 101/2000, assinale a alternativa correta:

(A) Constituem requisitos facultativos da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

(B) Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo deve ser admitida, ainda que não restar comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

(C) O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

(D) Constitui requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal apenas a instituição de todos os tributos da competência do ente da Federação, de modo que a previsão e efetiva arrecadação daqueles são requisitos secundários.

(E) A responsabilidade na gestão fiscal não precisa analisar a instituição, a revisão e a efetiva arrecadação de tributos em razão da destinação específica das receitas, definidas constitucionalmente, haja vista a arrecadação tributária ser destinada às despesas públicas com vedação de vinculatividade.

QUESTÃO 28

Nos termos da Lei n.º 4.320/1964, as dotações destinadas a aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização, classificam-se, especificamente, como:

- (A) transferências correntes.
- (B) transferências de capital.
- (C) subvenções econômicas.
- (D) inversões financeiras.
- (E) investimentos.

QUESTÃO 29

“No prazo de _____ após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços”.

Considerando a execução orçamentária e o cumprimento de metas, nos termos da Lei Complementar n.º 101/2000, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna:

- (A) trinta dias.
- (B) cinquenta dias.
- (C) oitenta dias.
- (D) cem dias.
- (E) noventa dias.

QUESTÃO 30

De acordo com a Lei Complementar n.º 101/2000, considerando a lei orçamentária anual, é correto afirmar que:

- (A) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, as receitas que as atenderão e o refinanciamento da dívida pública constarão da lei orçamentária anual.
- (B) O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional junto às despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual e as receitas que as atenderão.
- (C) A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.
- (D) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- (E) Todas as despesas relativas à dívida pública e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual, já as despesas relativas à dívida mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, não constarão da lei orçamentária anual por expressa dispensa legal.

QUESTÃO 31

No caso de descumprimento das prescrições estabelecidas na Lei Complementar n.º 101/2000, é correto afirmar que:

- (A) qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público.
- (B) a Lei Complementar n.º 101/2000 não prevê rol de partes legítimas para denunciar ao Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições nesta Lei estabelecidas.
- (C) somente o cidadão é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público.
- (D) somente o cidadão e qualquer sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público.
- (E) caso ocorra o descumprimento das prescrições estabelecidas na Lei Complementar n.º 101/2000, caberá exclusivamente ao poder judiciário a apreciação dos fatos e a resolução do conflito.

QUESTÃO 32

Caio foi vítima de acidente de trânsito, tendo sido atropelado por um motorista que dirigia seu veículo em velocidade superior ao permitido pela via, além de estar com a capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool. Em decorrência dos prejuízos que sofreu por conta do acidente, Caio pretende ajuizar ação de reparação de danos em face do motorista que conduzia o veículo. Para isso, deverá observar o prazo de prescrição da ação de reparação civil, que é de:

- (A) Um ano.
- (B) Dois anos.
- (C) Três anos.
- (D) Quatro anos.
- (E) Cinco anos.

QUESTÃO 33

Relativamente aos direitos da personalidade, é INCORRETO o que se afirma em:

- (A) O exercício dos direitos da personalidade pode sofrer limitação voluntária, desde que não seja permanente nem geral.
- (B) Independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.
- (C) A proteção à voz pode ser considerada direito autônomo da personalidade, ou mesmo parte integrante de outro direito inerente à pessoa, seja o direito à imagem, seja o direito à identidade pessoal. O simples fato de se tratar de direito da personalidade, porém, não afasta a possibilidade de exploração econômica da voz.
- (D) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, salvo se não houver intenção difamatória.
- (E) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

QUESTÃO 34

Assinale a opção que corresponde ao instituto jurídico que se opera quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior:

- (A) Compensação.
- (B) Confusão.
- (C) Dação em pagamento.
- (D) Novação.
- (E) Pagamento com sub-rogação.

QUESTÃO 35

De acordo com as disposições do Código Civil acerca das obrigações alternativas, é CORRETO o que se afirma em:

- (A) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
- (B) O devedor pode obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- (C) Quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção poderá ser exercida em cada período.
- (D) Se todas as prestações se tornarem impossíveis sem culpa do devedor, o credor terá direito à indenização por perdas e danos.
- (E) Se, por culpa do devedor, não se puder cumprir nenhuma das prestações, não competindo ao credor a escolha, ficará o devedor obrigado a pagar o valor da que primeiro se impossibilitou, mais as perdas e danos que o caso determinar.

QUESTÃO 36

Conforme disposto no Código Civil, “considera-se doação o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio, bens ou vantagens para o de outra”. A respeito do tema, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Não é válida a doação feita a nascituro.
- (B) A doação pura feita à pessoa absolutamente incapaz necessita de aceitação de seu representante legal.
- (C) O doador pode estipular que os bens doados sejam revertidos em favor de terceiro no caso de falecimento do donatário.
- (D) A doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice pode ser anulada pelo outro cônjuge, ou por seus herdeiros necessários, até quatro anos depois de dissolvida a sociedade conjugal.
- (E) A doação a entidade futura caducará se, em dois anos, esta não estiver constituída regularmente.

QUESTÃO 37

De acordo com as disposições do Código de Processo Civil no tocante aos prazos processuais, é CORRETO afirmar que:

- (A) Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. Quando a lei for omissa, será necessariamente de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- (B) Será considerado intempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.
- (C) O juiz poderá reduzir prazos peremptórios sem anuência das partes.
- (D) Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, independentemente de declaração judicial, ficando assegurado, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa.
- (E) Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento.

QUESTÃO 38

Com base no Código de Processo Civil, o valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será:

- I – Na ação em que houver pedido subsidiário, o de maior valor.
- II – Na ação em que os pedidos são alternativos, o valor do pedido principal.
- III - na ação de alimentos, a soma de 12 (doze) prestações mensais pedidas pelo autor.
- IV - Na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas
- (E) III e IV, apenas.

QUESTÃO 39

Nos termos do artigo 203, §1º do CPC, “ressalvadas as disposições expressas dos procedimentos especiais, sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz, com fundamento nos arts. 485 e 487, põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução”. A respeito da sentença, é CORRETO o que se afirma em:

- (A) Para que seja considerada fundamentada, não é necessário que a sentença enfrente todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.
- (B) Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão.
- (C) Se o autor der causa, por 2 (duas) vezes, a sentença fundada em abandono da causa, não poderá propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto, ficando-lhe ressalvada, entretanto, a possibilidade de alegar em defesa o seu direito.
- (D) Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la por meio de embargos de declaração.
- (E) A sentença deve ser certa, exceto quando resolver relação jurídica condicional.

QUESTÃO 40

Sobre o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, e de acordo com o previsto no Código de Processo Civil, analise as afirmativas a seguir.

I – O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica pode ser instaurado, de ofício, pelo juiz, em razão do poder geral de cautela.

II – O incidente de desconconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

III – Concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por sentença, da qual cabe recurso de apelação.

IV – Acolhido o pedido de desconconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao requerente.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 41

Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa. Sobre o tema, é CORRETO o que se afirma em:

(A) A reconvenção fica subordinada à ação principal. A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.

(B) A reconvenção não poderá ser proposta contra terceiro, ainda que em litisconsórcio passivo na reconvenção com o autor da ação principal.

(C) Se o autor for substituto processual, o reconvincente deverá afirmar ser titular de direito em face do substituído, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual.

(D) É obrigatório que o réu proponha contestação para que possa propor a reconvenção.

(E) Não é admitida a propositura de reconvenção pelo réu em litisconsórcio com terceiro.

QUESTÃO 42

Acerca do Estatuto da Cidade (Lei 10257/01), analise as afirmativas a seguir.

I – No que se refere ao IPTU progressivo no tempo, o valor da alíquota a ser aplicado a cada ano será fixado em lei específica e não excederá a três vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de dez por cento.

II – Considera-se consórcio imobiliário a forma de viabilização de planos de urbanização, de regularização fundiária ou de reforma, conservação ou construção de edificação por meio do qual o proprietário transfere ao incorporador privado seu imóvel e, após a realização das obras, recebe como pagamento unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas, ficando as demais unidades transferidas ao incorporador privado.

III – O poder público pode conceder isenções ou anistia relativas ao IPTU progressivo no tempo, desde que devidamente demonstrada sua fonte de custeio.

IV – Lei municipal, baseada no plano diretor, delimitará as áreas em que incidirá o direito de preempção urbanística e fixará prazo de vigência, não superior a cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) IV, apenas.

QUESTÃO 43

Sobre a Lei Federal nº 9.605/98 (crimes ambientais), analise as assertivas a seguir.

I – As penas de interdição temporária de direito são a proibição de o condenado contratar com o Poder Público, de receber incentivos fiscais ou quaisquer outros benefícios, bem como de participar de licitações, pelo prazo de cinco anos, no caso de crimes dolosos, e de três anos, no de crimes culposos.

II – A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima ou à entidade pública ou privada com fim social, de importância, fixada pelo juiz, não inferior a um salário mínimo nem superior a trezentos e sessenta salários mínimos. O valor pago será deduzido do montante de eventual reparação civil a que for condenado o infrator.

III – Nos crimes previstos nesta Lei, a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a três anos.

IV – A proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações não poderá exceder o prazo de cinco anos.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

QUESTÃO 44

Sobre a Lei Federal nº 7347/85 (Ação Civil Pública), analise as assertivas a seguir:

I – Poderá o Juiz conceder mandado liminar, mediante justificação prévia, em decisão não sujeita a recurso.

II – A ação civil pública poderá ser proposta no foro do local onde ocorrer o dano, cujo Juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.

III – A requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, poderá o Presidente do Tribunal a que competir o conhecimento do respectivo recurso suspender a execução da liminar, em decisão fundamentada, da qual caberá agravo para uma das turmas julgadoras.

IV – Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo judicial.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

QUESTÃO 45

Em razão de uma discussão ocorrida no âmbito doméstico, João vem a agredir sua esposa, Maria, causando-lhe lesões corporais leves. Nessa situação hipotética, conforme a Lei Federal n.º 11.340/2006 e o entendimento do STJ, analise as assertivas a seguir.

I – A ação penal, em casos de lesão corporal leve no âmbito da Lei Maria da Penha, é pública incondicionada.

II – Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial remeter, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência.

III – O agressor poderá ser beneficiado com a suspensão condicional do processo, se presentes todos os requisitos legais para o benefício.

IV – Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

QUESTÃO 46

Sobre a Lei Federal nº 4747/65 (Ação Popular), analise as assertivas a seguir:

I – A pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, não poderá abster-se de contestar o pedido.

II – O prazo de contestação é de 20 (vinte) dias, prorrogáveis por mais 20 (vinte), a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental, e será comum a todos os interessados, correndo da entrega em cartório do mandado cumprido, ou, quando for o caso, do decurso do prazo assinado em edital.

III – Caso não requerida, até o despacho saneador, a produção de prova testemunhal ou pericial, o juiz ordenará vista às partes por 5 (cinco) dias, para alegações, sendo-lhe os autos conclusos, para sentença, 48 (quarenta e oito) horas após a expiração desse prazo; havendo requerimento de prova, o processo tomará o rito ordinário.

IV – Caso decorridos 60 (sessenta) dias da publicação da sentença condenatória de segunda instância, sem que o autor ou terceiro promova a respectiva execução, o representante do Ministério Público a promoverá nos 30 (trinta) dias seguintes, sob pena de falta grave.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

QUESTÃO 47

Acerca do entendimento sumulado pelo STJ, analise as afirmativas a seguir.

I – O crime de extorsão consuma-se com a obtenção da vantagem indevida.

II – O reconhecimento da reincidência é circunstância que influencia na contagem da prescrição da pretensão punitiva.

III – A sentença concessiva do perdão judicial é declaratória da extinção da punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório.

IV - Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, por tempo juridicamente relevante, sendo indispensável a posse mansa e pacífica ou desvigiada.

Está correto o que se afirma em:

(A) I, II e III, apenas.

(B) I, II e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) III, apenas.

(E) III e IV, apenas.

QUESTÃO 48

Sobre a extinção da punibilidade pela prescrição, analise as afirmativas a seguir.

I – A extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro não se estende a este. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.

II – Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação.

III – O curso da prescrição interrompe-se pelo oferecimento da denúncia ou da queixa.

IV – A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, salvo se o tribunal do júri vier a desclassificar o crime.

Está correto o que se afirma em:

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) III e IV, apenas.

(E) I, II e IV, apenas.

QUESTÃO 49

Acerca da Lei Federal n.º 9613/98 (lavagem de dinheiro), analise as afirmativas a seguir.

I – A pena será aumentada de 1/3 (um terço) a 1/2 (metade) se os crimes definidos nesta Lei forem cometidos de forma reiterada, por intermédio de organização criminosa ou por meio da utilização de ativo virtual.

II – No processo por crime previsto nesta Lei, aplica-se o disposto no art. 366 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), ficando suspenso o processo e curso do prazo prescricional, caso o acusado citado por edital não comparecer nem constituir advogado.

III – É vedado ao juiz, havendo indícios suficientes de infração penal, decretar medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores do investigado ou acusado, ou existentes em nome de interpostas pessoas, que sejam instrumento, produto ou proveito dos crimes previstos nesta Lei ou das infrações penais antecedentes.

IV – Quando as circunstâncias o aconselharem, o juiz, ouvido o Ministério Público, nomeará pessoa física ou jurídica qualificada para a administração dos bens, direitos ou valores sujeitos a medidas assecuratórias, mediante termo de compromisso.

Está correto o que se afirma em:

(A) I, apenas.

(B) I e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) III e IV, apenas.

(E) IV, apenas.

QUESTÃO 50

Em relação aos crimes contra a Administração Pública previstos no Código Penal, analise as afirmativas a seguir.

I – No peculato culposo, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de 1/3 (um terço) a pena imposta.

II – O crime de concussão é formal, consumando-se com a exigência da vantagem indevida pelo agente.

III – No crime de corrupção passiva, a pena é aumentada de metade, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

IV – O crime de prevaricação exige apenas o dolo genérico, dispensando a presença de um especial fim de agir (elemento subjetivo específico).

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

PROVA DISCURSIVA (PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL)

O Vereador do Município de Alfa, Décio, apresentou emenda a projeto de lei que dispunha sobre o zoneamento do solo urbano municipal, propondo que dois quarteirões situados em zonas residenciais se tornassem mistas para também se sujeitarem ao uso industrial.

Não obstante a pretensão do Vereador, o Plenário da Câmara Municipal rejeitou a emenda por discordar de sua pertinência ao interesse público, tendo um colega de Décio, Vereador Tício, observado em Plenário que a emenda representava um desvio de finalidade, haja vista ser de conhecimento público que o Vereador proponente era o proprietário dos lotes integrados às áreas cujo uso se pretendeu modificar.

A discussão entre os Vereadores ganhou repercussão na comunidade e na mídia.

O Ministério Público local propôs ação de improbidade administrativa em face do Vereador Décio.

Algumas semanas depois, foi apresentada uma denúncia assinada por um grupo de eleitores, requerendo a cassação do mandato de Décio por quebra do decoro parlamentar.

O Presidente leu a denúncia e a maioria dos Vereadores presentes decidiu por seu processamento, instituindo-se a Comissão Processante.

Deu-se a oportunidade de defesa prévia, a Comissão opinou pelo prosseguimento do processo, iniciando-se os atos instrutivos, com atendimento às garantias do contraditório e da ampla defesa, culminando no parecer da Comissão Processante pela cassação do mandato, acolhido, ao final, por dois terços dos Vereadores integrantes da Câmara Municipal.

Foi publicada Resolução de cassação do mandato do Vereador, por quebra do decoro parlamentar.

Alguns dias depois da deliberação plenária acerca do parecer da Comissão Processante, a ação de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público estadual teve a sua petição inicial rejeitada, pois o Juiz considerou que o ato descrito na petição inicial, ainda que irregular e com indícios bastantes de ocorrência, não era tipificado na Lei Federal n.º 8.429/92, com as suas alterações posteriores, caracterizando-se a manifesta inexistência de ato de improbidade. Não foi interposto recurso e a sentença transitou em julgado.

Irresignado, Décio impetrou mandado de segurança, 60 (sessenta) dias depois da publicação da Resolução de cassação de seu mandato, alegando a invalidade do ato.

Sustenta que seria inválida a instauração de processo de cassação de mandato popular por representação de pequeno grupo de eleitores, ao invés de sê-lo por 1/3 dos Vereadores ou por ao menos 1% (um por cento) do eleitorado local.

Argumenta que teria havido desproporcionalidade na cassação de mandato popular, haja vista que a emenda que propôs beneficiaria o desenvolvimento econômico do Município e que, diante de sua reprovação, não haveria que se falar de qualquer benefício efetivo a si que tornasse razoável a afronta ao resultado do sufrágio.

Alegou que a improcedência da ação judicial de improbidade administrativa comprovaria a ausência de ilicitude em seu proceder e a carência de tipificação legal bastante para se legitimar a

cassação pelo Poder Legislativo, vinculado como seria à deliberação da palavra final em matéria jurídica, oriunda do Poder Judiciário.

Ao fim, argumentou que poderia comprovar não haver benefício econômico para si, porque a área industrial não valorizaria os seus imóveis.

Requereu, por fim, a anulação da Resolução de cassação de seu mandato.

O Juízo da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Alfa recebeu a petição inicial e determinou a citação da autoridade coatora, qual seja a Presidência da Câmara Municipal de Alfa.

Na condição de procurador jurídico da Câmara Municipal de Alfa, adote a medida processual cabível em defesa do ato adotado pela autoridade coatora, datando a Peça Prático-Profissional adequada com o último dia do prazo processual legalmente previsto, considerando-se, para este fim, que a citação e a juntada do respectivo mandado citatório aos autos se deu em 6 de maio de 2024, uma segunda-feira. Desconsidere, no cômputo do prazo, quaisquer feriados ou recessos.

Para a fundamentação legal da Peça Prático-Profissional, considere, para o quanto pertinente, que as normas locais incidentes no Município de Alfa não preveem regime diverso do estabelecido no Decreto-Lei n.º 201/1967.

Considerando o enunciado acima estabelecido e o descrito no Capítulo 11 do Edital, elabore uma peça prático-profissional manuscrita, com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 120 (cento e vinte) linhas. A Prova Discursiva deverá ser manuscrita de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

Atenção – a presente folha trata-se de rascunho - a redação deverá ser elaborada na folha de texto definitiva, entregue pelo Fiscal de Sala.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	

28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	

62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	

96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	